



RESGATANDO A MEMÓRIA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA VIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**COSTA, NATHÁLIA; SOUZA, GEORGIA; ANDRADE, JÉSSICA; CARVALHO,
CLÉCIA; FARIAS, FRANCISCA LORRANY; CAVALCANTI FILHO, IVAN; MOURA
FILHA, MARIA BERTHILDE**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Centro de Tecnologia. Campus I/ Universidade Federal da Paraíba. CEP: 58059-900
E-mail: ccau@ct.ufpb.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma experiência desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba, como atividade de extensão, tendo como temática a educação patrimonial. Com este projeto se tem por meta minorar a falta de conhecimento por parte da população acerca da memória e do patrimônio de João Pessoa e, para tanto, foi idealizado um website - memoriajoaopessoa.com.br - como ferramenta de divulgação onde os usuários podem acessar informações sobre a história da cidade, sua arquitetura e sua iconografia. O projeto utiliza outras plataformas online, como as redes sociais, promovendo uma maior interação com o público. Outra vertente explorada no âmbito desse projeto são as oficinas ministradas presencialmente em escolas públicas e privadas, destinadas a diversas faixas etárias. Tal iniciativa visa contribuir no processo de formação dos estudantes, reforçando a necessidade da preservação da memória e agregando valores para que a população, melhor informada, possa se posicionar frente ao estado de abandono no qual se encontra o patrimônio arquitetônico e urbanístico da capital paraibana. Nesses termos, a finalidade do artigo proposto é relatar as estratégias adotadas para a concretização desta experiência, expor os resultados alcançados, e discutir a validade de explorar os recursos das mídias digitais como meio de expandir as ações voltadas para a educação patrimonial.

Palavras-chave: educação patrimonial, mídias digitais, memória, João Pessoa.

1. Introdução

O presente artigo vem relatar as estratégias adotadas e expor os resultados alcançados através do projeto de extensão denominado “Memória João Pessoa: informatizando a história do nosso patrimônio”. Este projeto tem por objeto de trabalho o acervo patrimonial da capital paraibana e, por objetivo, disseminar o conhecimento necessário para que a população, melhor informada, participe de forma mais ativa na conservação desse rico legado que relata a história da cidade podendo se posicionar frente ao estado de abandono no qual se encontra.

A cidade, fundada em 1585, ainda guarda muitos remanescentes de diferentes momentos da sua história, expressa ora em edifícios que registram tempos mais remotos, como a Igreja de Santo Antônio, que marcou a presença da ordem religiosa franciscana na cidade; ora através da arquitetura moderna bem representada com a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho, projeto do arquiteto pernambucano Acácio Gil Borsoi, datada de 1958. É a existência deste acervo arquitetônico e urbanístico e a constatação da difícil tarefa de conservá-lo que motiva, há doze anos, o projeto de extensão.

Figura 1: Representatividade do patrimônio arquitetônico de João Pessoa: a Igreja de Santo Antônio e a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho.



Fonte: acervo do Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória/DAU/UFPB

Em razão desse legado, muitos edifícios e espaços urbanos foram tombados individualmente pelo IPHAN e o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), órgãos que também protegem o centro histórico de João Pessoa, reconhecido e tombado pelo primeiro, em 2008 e desde 1982 pelo IPHAEP. Entretanto, apesar dos esforços desses órgãos de preservação tem se tornado cada vez mais difícil controlar o crescente estado de degradação e abandono do perímetro central da cidade.

Recentemente o PB Agora divulgou uma denúncia realizada pelo deputado estadual Anísio Maia, na qual ele expõe sua insatisfação relacionada à falta de medidas emergenciais voltadas para a conservação do centro histórico, por parte do governo municipal. Na notícia, ele ressalta que: “Em qualquer cidade do mundo, um patrimônio com esta envergadura estaria bem preservado e fazendo parte ativamente da vida cultural e econômica da cidade. Não é o que acontece em João Pessoa, infelizmente”¹.

A área hoje delimitada como centro histórico de João Pessoa, inicialmente considerada nobre, se tornou negligenciada ao longo dos anos devido à expansão da cidade que segundo Silva (2018) modificou a dinâmica local. Desde as últimas décadas do século XX, o uso residencial das edificações foi progressivamente substituído pelas atividades comerciais e de serviço, contribuindo para o êxodo populacional e, conseqüentemente, para o estado de abandono por parte dos próprios moradores e dos órgãos responsáveis, intensificando a sua vulnerabilidade. Essa condição se torna ainda mais evidente ao considerar dados recentes que apontam que dos 502 lotes inseridos na poligonal de tombamento determinada pelo IPHAN, 173 lotes são considerados vazios, o que corresponde a 34,46% da totalidade dos mesmos (SILVA, 2018, p. 21).

É certo que diversos problemas levaram a esta situação de abandono do centro histórico de João Pessoa: disputas judiciais por herança, inadequação dos usos que provocam degradação física e esvaziamento da área após o horário comercial, insuficiência das ações de conservação por parte do poder público, entre outros.

Contudo, esse abandono é um reflexo também da falta de comprometimento por parte da sociedade, que de uma forma geral não se sente estimulada a participar de maneira direta na conservação do patrimônio. Isso distancia nossa realidade de recomendações internacionais que, a exemplo da Carta de Washington (1986), aponta a participação social como imprescindível para a salvaguarda da cidade e dos bairros históricos, os quais dizem respeito primeiramente aos seus próprios habitantes. Da mesma forma, outros tantos documentos reafirmam a necessidade de investir no processo de formação do cidadão para que este possa se tornar um agente ativo da conservação.

Nesse sentido, surge o projeto de extensão “Memória João Pessoa: *informatizando a história do nosso patrimônio*” com o intuito de reverter esse quadro de descaso, através da educação, colaborando com os novos estudos e buscando consolidar um posicionamento crítico na população, diante do estado de abandono do patrimônio de sua cidade.

¹ Disponível em: < <https://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20160704094715/falta-de-preservacao-ameaca-centro-historico-de-jp> >. Acesso em: 06 de Julho de 2018.

2. Patrimônio, educação patrimonial e seus desafios

“O termo patrimônio, de origem latina (*patrimonium*), designa os bens recebidos por herança paterna, familiar, e, por extensão, vem sendo utilizado para nomear o legado de uma geração a outra” (LONDRES, 2012, p. 14). Ao conceito de patrimônio se associou o de monumento: “(...) do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. De natureza afetiva, não se trata de uma informação neutra, mas que busca tocar, pela emoção, a memória viva” (CHOAY, 2006, p. 17). Acrescenta Choay (2006, p. 18) que a “especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória”, fazendo aproximar o passado e o presente, contribuindo “para manter e preservar a identidade de uma comunidade”. Assim, patrimônio, monumento, memória, identidade, são conceitos que fundamentam a relação entre o passado e o presente, a qual desde o século XIX esteve em parte ancorada na arquitetura, dizendo John Ruskin que podemos viver sem a arquitetura “mas não podemos sem ela recordar” (RUSKIN, 2008, p. 59). Essa associação foi reforçada por um dos mais referidos documentos de cunho patrimonial do século XX, a Carta de Veneza (1964), a qual assim definiu o monumento: “compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”.

Dessa forma, se fortaleceu a ideia de transmissão de um legado do passado diretamente relacionado à noção de patrimônio arquitetônico, o qual constitui uma expressão insubstituível da história e da cultura de um povo, capaz de registrar as especificidades de cada época e relatar em suas formas como se comportavam as sociedades passadas. Trata-se de um observatório único e palpável que armazena uma longa trajetória, contendo informações que, no passado, estavam contidas na memória dos indivíduos, todavia, ao longo do tempo, apenas subsistem através dos registros materiais da arquitetura.

O cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver. (TOMAZ, 2010, p.04)

Tendo em vista esse importante papel exercido pelo patrimônio arquitetônico, é inquestionável a necessidade de salvaguardá-lo. Mas apesar da materialidade dos edifícios, os valores a eles atribuídos são subjetivos: história, memória, identidade e, por isso, nem sempre apreendidos pela sociedade que, muitas vezes, apenas se refere ao mesmo

empregando o pejorativo adjetivo de velho. Atuar para reduzir esta distância entre o objeto patrimonial e sua valorização pela população constitui o papel fundamental da educação, como reitera Custódio (2008, p.25): “A educação patrimonial é uma estratégia para a valorização e a preservação do patrimônio cultural – uma chave para o seu conhecimento e reconhecimento”.

Oliveira e Moura Filha (2012, p. 86), também defendem que educar é incentivar a participação da população em defesa do patrimônio, uma vez que o reconhecimento da memória coletiva da cidade contribui para a consolidação de uma relação de pertencimento e assim desenvolve uma consciência de preservação dos bens de valor cultural. Caso contrário é improdutivo exigir da população que seja participativa nas ações de preservação de um patrimônio sobre o qual não tem informação, não se apropria e não se sente responsável pela manutenção. Como ressaltam Oliveira e Moura Filha (2012, p. 91):

O Brasil ainda caminha rumo a ações que verdadeiramente consolidem a preservação do seu patrimônio cultural. Somente quando a sociedade tomar ciência da real importância que os bens das nossas cidades possuem para o resgate da nossa identidade é que ela apoiará e contribuirá para com as medidas de preservação impostas pelos órgãos responsáveis, salvaguardando sua memória coletiva.

Apesar de ser reconhecida como uma ação fundamental, no Brasil, a educação patrimonial não foi devidamente valorizada pelos órgãos de fomento à cultura e de proteção do patrimônio. Já em 1970, o Compromisso de Brasília fazia referência à necessidade de se investir na educação patrimonial, recomendando incluir nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que tratassem sobre o “conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular²”.

Esta preocupação do Compromisso de Brasília com a educação patrimonial refletia uma sintonia com as recomendações de mesmo teor contidas nos documentos internacionais de proteção do patrimônio daquela época, a exemplo das Recomendações de Nairobi que, em 1976, afirmava: “A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação³”. Portanto, um dos maiores desafios no processo educacional tem

² Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br> >. Acesso em: 04 de Julho de 2018.

³ Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br> >. Acesso em: 05 de Julho de 2018.

sido a inserção nos currículos escolares de nível fundamental, médio e superior de disciplinas específicas que abordem a temática patrimonial.

Transcorridas décadas, o conceito de patrimônio foi ampliado, abarcando hoje a paisagem cultural e o patrimônio imaterial, mas as recomendações quanto à educação e divulgação de informações são recorrentes nos documentos que tratam da matéria. Em 1995, o Conselho da Europa, recomendou através de documento a realização de campanhas de informação e incremento da conscientização de autoridade e dos diferentes setores do público em geral, tirando partido de materiais de ampla circulação, vídeos, seminários, além de “novas técnicas de informação e comunicação” (Recomendação Europa, 1995). É certo que diante dos recursos do meio digital na atualidade, obter uma ampla circulação significa utilizar as possibilidades do mundo virtual, motivo pelo qual o projeto de extensão Memória João Pessoa optou pela elaboração de um *website* como principal ferramenta de educação patrimonial, como se relata a seguir.

3. O projeto memória João Pessoa: atuação e estratégias

Diante dessa problemática, foi definido o foco do projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, criado pela Prof. Dr. Maria Berthilde Moura Filha no ano de 2006, contando a partir de 2011 com a colaboração do Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho. O objetivo deste é promover uma ação de educação patrimonial ao divulgar por meio de um *website* – www.memoriajoapessoa.com.br – conhecimentos e informações sobre o patrimônio e memória da cidade de João pessoa.

Para transmitir tais informações de forma fácil e acessível viu-se a evidente eficácia de utilizar os recursos disponibilizados pela internet, uma vez que tal veículo de divulgação não requer grandes investimentos financeiros e tem um alcance inigualável. Assim, este projeto se apropriou da tecnologia atual para alcançar a meta de levar educação patrimonial para toda a sociedade, cumprindo diretrizes propostas desde a década de 1970, no âmbito internacional e também no Brasil, como referido anteriormente.

Percebeu-se que as plataformas *online* oferecem uma oportunidade única de obter o resultado almejado pelo projeto: comunicar, educar, formar cidadãos detentores de conhecimento, identidade e engajados na causa da conservação do patrimônio, capazes de reivindicar ações e contribuir com aquelas já definidas pelos órgãos responsáveis.

Para melhor entender este projeto, cabe explicar como se dá sua logística. O projeto está vinculado ao programa de extensão financiado pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC/UFPB, sendo submetido à avaliação anual para obter sua renovação.

Ao longo de seus doze anos de atividade, contou prioritariamente com a participação de alunos da graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade e, eventualmente, com outros oriundos dos cursos de informática e mídias sociais cuja interface é evidente considerando a proposta de trabalhar com um *website*. Proporcionalmente, o número de alunos que participam voluntariamente é muito superior àqueles bolsistas, devido à pequena oferta de bolsas para a extensão. Isso não tem constituído um problema, ao contrário, demonstra o interesse que a temática desperta entre os discentes que muito têm contribuído para formatar o projeto.

Este é constituído de linhas de ação integradas que definem também a metodologia aplicada em seu desenvolvimento. São três as linhas de atuação: atividade contínua de produção de conteúdos a serem postados na *webpágina*; elaboração e realização de oficinas de educação patrimonial; atividade contínua de divulgação da *webpágina*.

Na linha de produção de conteúdos, são identificados trabalhos acadêmicos produzidos na universidade com temáticas pertinentes ao âmbito do patrimônio da cidade de João Pessoa e temas afins. Estes são complementados e adequados a uma linguagem apropriada aos *links* da *webpágina*, utilizando a forma de vídeos, jogos, histórias em quadrinho, etc. Sobre os *links* trataremos mais detalhadamente, a seguir.

Quanto às oficinas de educação patrimonial, estas são realizadas nas escolas públicas e privadas, atendendo desde o ensino fundamental até o superior. Trabalha-se juntamente com as instituições parceiras na definição dos recursos utilizados, de modo a atender às especificidades de cada demanda. No conjunto esta linha de atuação requer a produção de material didático e de divulgação do projeto; participação da equipe nas oficinas realizadas nas escolas; avaliação dos resultados para melhoria dessa atividade que constitui o principal desafio do projeto.

Por fim, é feita a contínua divulgação da *webpágina* utilizando as redes sociais: *Facebook* e *Instagram*. Estas redes têm se mostrado fundamentais para o projeto ao atrair novos usuários, proporcionar uma maior agilidade no processo de divulgação de informações sobre o patrimônio, possibilitar compartilhar notícias atualizadas, permitir melhor interação com os usuários através dos comentários e curtidas, o que ajuda a medir o grau de satisfação desses. Para os *posts* de divulgação foram criadas interfaces padronizadas que colaboram na formação da identidade do projeto, através do uso de sua logomarca.

Tratando especificamente sobre o *website* resultante do projeto Memória João Pessoa, este surgiu de forma tímida no ano de 2006, limitando-se a divulgação de informações sobre os diversos bens imóveis da cidade que são tombados pelos órgãos de preservação aqui atuantes: o IPHAN e o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da

Paraíba). Este conteúdo, atualmente, corresponde ao *link* denominado acervo patrimonial. Entre os anos de 2007 e 2008, a equipe de trabalho investiu na ampliação da proposta por ganhar consciência da validade desta enquanto uma ferramenta de educação patrimonial. Decidiu-se criar novos *links*, explorando temas como: a formação urbana de João Pessoa, os conceitos de patrimônio, centro histórico e tombamento de forma que a população tivesse o correto entendimento desta realidade e terminologia específicas. A partir de 2009, verificando que o *website* tinha um caráter muito acadêmico e pouco atrativo para o público em geral, decidiu-se reformular seu conteúdo, tornando-o mais lúdico, interativo e convidativo, visando atingir diversas camadas sociais e etárias. Todo o seu *design* foi atualizado e foram sendo acrescentados novos *links*, bem como novos conteúdos para os mesmos.

Atualmente o *website* contém *links* que são mais lúdicos e atrativos para jovens e crianças, e outros mais direcionados ao meio acadêmico, embora de interesse para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o patrimônio de João Pessoa.

Figura 2: Atual interface do *website* Memória João Pessoa



Fonte: www.memoriajoapessoa.com.br

Ao acessar a página é possível encontrar em sua interface diversos *links*, organizados de modo a facilitar a busca de informações. Os *links* mais lúdicos exploram, em geral, o formato de vídeos, jogos, histórias em quadrinho. São eles: as **Vivências**, onde através de vídeos se introduz o visitante na história de edifícios e espaços públicos de valor patrimonial. A **Memória Social** cuja proposta é resgatar informações sobre espaços, hábitos e cotidianos de tempos pretéritos e hoje inexistentes. Através de relatos coletados junto à população se conhece como eram os hábitos de frequentar os clubes sociais, os cinemas, andar de

bonde, fazer uma fotografia no lambe-lambe. Os **Jogos** que aproximam o brincar e o educar, como os jogos de memória, de sete erros e o *papertoy* que reproduz edifícios simbólicos de João Pessoa. Os **Postais** que inspirados na lógica dos antigos cartões enviados pelos correios, podem ser compartilhados *online* entre amigos. A **Galeria** onde é possível consultar um grande acervo de fotografias antigas da cidade, de interesse do público em geral, mas também utilizadas em trabalhos escolares.

Quanto aos *links* de caráter acadêmico, o mais consultado é o **Acervo Patrimonial**, o qual possibilita ao usuário conhecer os bens imóveis do centro histórico da cidade que são protegidos pelos IPHAN ou IPHAEP, por meio de fichas individuais que contém informações históricas e fotografias, atraindo estudantes e professores. O mesmo se dá com o *link* **Formação e Evolução**, o qual contém uma linha do tempo que expõe a história da cidade desde a sua fundação, em 1585, até o século XX, organizada a partir de datas e fatos relevantes referentes a João Pessoa. Há ainda o *link* **Centro Histórico** que traz conceitos básicos para a compreensão do patrimônio e sua conservação e apresenta os órgãos responsáveis pela sua preservação, o IPHAN e o IPHAEP.

Com o intuito de divulgar a produção do projeto e registrar a participação dos alunos nas sucessivas equipes o *link* **Publicações** contém os artigos publicados sobre as ações deste projeto de extensão e o *link* **Quem somos** apresenta, em ordem cronológica, todos os alunos que contribuíram para o projeto ter continuidade ao longo de doze anos. Por fim, através dos **Links de Interesse** o visitante é redirecionado para outros sites que exploram a mesma temática.

Em 2013, as oficinas realizadas para apresentação do *site* demonstraram que o mesmo se encontrava em condições de ser, de fato, uma ferramenta de educação patrimonial disponível para ações em parceria com escolas e órgãos de preservação. Desde então se tem trabalhado para aprimorar as experiências com um público presencial, através da elaboração e realização de oficinas de educação patrimonial em escolas públicas, privadas e faculdades, colocando em prática o que até então era apenas um anseio de seus idealizadores, e promovendo junto aos alunos, discussões a respeito do patrimônio histórico e artístico da cidade e a importância da sua conservação.

Essa iniciativa de proporcionar a interação direta entre os integrantes do projeto e os estudantes das escolas, reforça a preocupação em disseminar, para o máximo de pessoas possíveis, a importância em manter vivo o patrimônio. As discussões conduzem os alunos participantes a obter uma posição crítica relacionada ao tema, os quais muitas vezes não tem contato com esse tipo de informação, devido a lacuna do sistema educacional, como citado anteriormente.

Figura 3: Oficinas ministradas pela equipe do projeto Memória João Pessoa



Fonte: Acervo do Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória/DAU/UFPB

As oficinas são pensadas de forma a se adequar as diversas faixas etárias dos alunos, nas voltadas para os jovens, são disponibilizados vídeos e jogos de perguntas e respostas para tornar o contato mais dinâmico e atrativo. Além disso podem ser direcionadas para o ENEM, principalmente em turmas do ensino médio, contendo conceitos, atualidades e dados estatísticos relevantes. Aos grupos do EJA, as discussões ocorrem de forma mais direcionada por se tratar de adultos.

Com a inserção das oficinas ao projeto, foi possível perceber que essa experiência agregou valores tanto aos alunos participantes das escolas quanto aos integrantes que compõem o projeto de extensão, a partir da oportunidade de vivenciar uma prática didática, de forma a transmitir conhecimentos antes restritos ao meio acadêmico, além de possibilitar que os estudantes tomem conhecimento do que acontece ao seu redor, passando a pensar e intervir, deixando de ser indiferentes ao patrimônio público e preservando-o.

4. Resultados alcançados e perspectivas

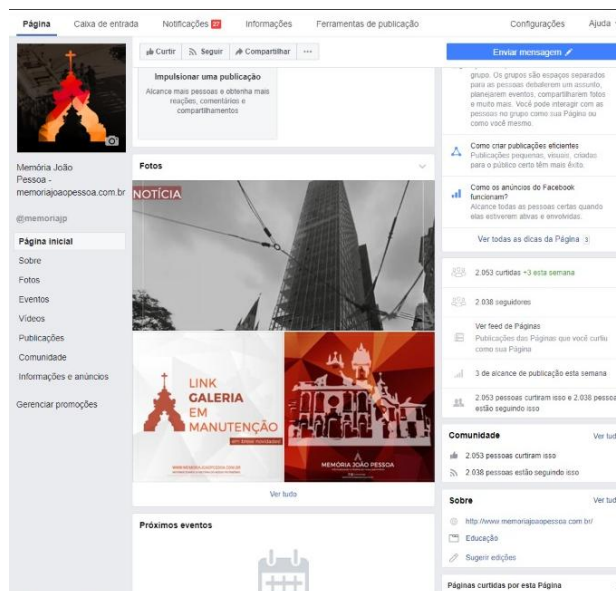
Ao longo de suas doze edições, o projeto memória comprova sua competência, de forma satisfatória, através dos resultados obtidos que se traduzem em acessos, comentários, compartilhamentos, entre outros, nas plataformas digitais. Validando dessa forma a escolha da internet como ferramenta alternativa no processo de educação patrimonial e como meio de divulgação em massa.

Esses resultados são obtidos através de sistemas de gerenciamento dos meios digitais que utilizamos para apresentar e divulgar o site, nos quais são registrados os números de visitas, a origem dos acessos e a faixa etária dos visitantes. Entretanto, não se sabe precisamente o perfil do internauta, mas verifica-se que o website alcança em média o número de 60 acessos diários, oriundos de diferentes localidades, evidenciando que as informações e conteúdos nele disponíveis vão além do que se esperava, atraindo um público que não se restringe apenas a população da capital paraibana.

Apesar da dificuldade em definir precisamente o perfil deste público, sabe-se que ele é constituído em sua grande maioria por universitários das áreas relacionadas com a conservação patrimonial: arquitetura, história, turismo, etc. Outro tipo de usuário constitui o público não acadêmico, o qual se sente motivado a buscar conhecimentos sobre a memória e o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa. Em geral a faixa etária predominante está entre 18 e 24 anos, o que mostra um maior interesse dos jovens pela temática patrimonial.

Além dos resultados obtidos através do *website*, observa-se o crescente contato entre a população e o projeto de extensão por meio das redes sociais. Essa integração pode ser verificada através das visitas obtidas, quantificando mais de duas mil curtidas no *Facebook* e quase mil seguidores no perfil do *Instagram*, comprovando assim a participação do público e o alcance do Memória.

Figura 4 – Home do Facebook do projeto Memória João Pessoa



Fonte: www.facebook.com/memoriajp/ Acesso em: 24 de julho de 2018

É importante ressaltar que essas informações norteiam o projeto na criação de seus novos conteúdos, uma vez que servem como indicadores do grau de satisfação do público. Esse retorno auxilia a equipe a aprimorar sua dinâmica de interação com o mesmo, seja através das *hashtags* ou de campanhas participativas realizadas em datas comemorativas da capital, a fim de enaltecer o patrimônio local, promovendo assim, uma maior divulgação do acervo histórico da cidade de João Pessoa.

Além dos resultados obtidos através das mídias digitais, o trabalho que vem sendo realizado presencialmente nas oficinas apresenta também um quadro satisfatório. Isso pode ser comprovado mediante os retornos e parcerias que se renovam com pessoas e instituições da cidade, que estão vinculadas à preservação do patrimônio e/ou ao ensino médio e fundamental. Cita-se como exemplo o que ocorreu em 2015 quando o projeto firmou parceria de atividades em seis escolas da capital: o Centro Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Índio Piragibe, a Escola Estadual de Ensino Fundamental José Lins do Rego, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o Colégio e Curso Evolução, e o Colégio Kairós.

Tendo em vista que após as oficinas os alunos demonstram conhecer mais a cidade e entender melhor a importância da preservação do seu patrimônio, o projeto almeja ampliar os seus vínculos com outras escolas que ainda não possuem ações de educação patrimonial, contribuindo para enriquecer as atividades extracurriculares neste âmbito.

5. Considerações Finais

Fica claro, portanto, que são insuficientes os investimentos educacionais que se comprometem com o patrimônio de João Pessoa, assim como o precário estado de conservação do mesmo, além das dificuldades enfrentadas pelos órgãos de preservação, que não têm o apoio da população, muito menos a sua participação no sentido de conservar a história da cidade.

Nesse sentido, apesar da existência de recomendações oficiais, como aqui mencionado, o compromisso de Brasília, de 1970, é evidente que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para assegurar o reconhecimento por parte da sociedade em relação a verdadeira importância que o patrimônio arquitetônico e urbanístico possui para conservar a identidade e a memória da população.

Portanto, faz-se necessário o contínuo investimento em ações que incentivem e promovam esse processo educacional, assim como o aprimoramento das estratégias alternativas que surgem como mediadoras nesse percurso de conscientização de um povo ainda adverso e relutante ao pertencimento e identidade da memória coletiva.

É nessa perspectiva que o Memória João Pessoa trabalha com o intuito de reforçar o vínculo da sociedade com o patrimônio a partir da democratização das informações, ampliando o alcance das mesmas. O mérito do projeto pode ser observado através dos resultados obtidos em publicações e participações em eventos científicos, bem como na integração com disciplinas do curso de graduação que tratam da temática do patrimônio,

Essa interdisciplinaridade também pode ser vista através do necessário envolvimento de diferentes áreas da graduação, como por exemplo: Arquitetura e Urbanismo, Sistemas de Informação (Campus IV), e de Comunicação em Mídias Digitais, todos no âmbito da UFPB. Por fim, tem um caráter interinstitucional, por seu produto, a *webpágina*, auxiliar projetos de educação patrimonial desenvolvidos pelo IPHAN e o IPHAEP, os quais reconhecem o valor deste trabalho.

Entender o processo infundável que é a educação abre portas para diversas possibilidades, investir nesses esforços – capacitação dos professores da rede pública de ensino, em conjunto com as redes privadas – e manter uma perspectiva positiva quanto aos resultados é imprescindível para gerar melhores oportunidades de desenvolvimento social em harmonia com a preservação patrimonial. Apenas quando isso ocorrer é que a população poderá colaborar com as medidas de atuação determinadas pelos órgãos responsáveis, tornando-se agentes da preservação da sua própria história, contribuindo assim para a salvaguarda do seu legado.

6. Referências Bibliográficas

Carta de Veneza, 1964. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>.

Acesso em: 05 de jul. de 2018.

Carta de Washington, 1986. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>

>. Acesso em: 05 de jul. de 2018.

Compromisso Brasília, 1970. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>

>. Acesso em: 05 de jul. de 2018.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Educação patrimonial: experiências. In. BARRETO, Euder Arrais et. al. (org.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. p. 23-36.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio cultura na formação das novas gerações: algumas considerações. In. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 14-21.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha; MOURA FILHA, Maria Berthilde. Novas práticas de educação patrimonial: do virtual ao real. In. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 86-91.

PB AGORA. *Falta de preservação ameaça Centro Histórico de JP*. Disponível em: <
<https://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20160704094715/falta-de-preservacao-ameaca-centro-historico-de-jp>>. Acesso em: 06 de jul. de 2018.

Recomendação de Nairóbi, 1976. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>

>. Acesso em: 04 de jul. de 2018.

Recomendação Europa, 1995. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>

>. Acesso em: 06 de jul. de 2018.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*/ John Ruskin: tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro: revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. - Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 59.

SILVA, Yanna Karla. *Habitando o vazio: um ensaio de ressignificação das vacâncias urbanas na poligonal de tombamento do IPHAN em João Pessoa – PB*. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo.) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*. v.7, n.2, ago. 2010. Disponível em < http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2018.